



**II ENCONTRO PRESENCIAL DO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DO LITORAL DO PARANÁ –
GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONVIDADOS – RESUMO EXECUTIVO**

Data: 12 a 14 de agosto de 2026	Local: Ekôa Park, Morretes
Objetivo: Síntese dos encaminhamentos e sugestões do Encontro	
Participantes: conforme lista de presença constante na memória completa.	

Síntese geral

O Encontro avaliou a trajetória do Programa, projetou o legado esperado para 2037 e reuniu contribuições para a atualização do Plano Estratégico do Litoral do Paraná (PELP). As propostas convergem para o fortalecimento das Unidades de Conservação e de seus órgãos gestores; a integração entre instituições, políticas e projetos; a tomada de decisão orientada por dados e resultados; a ampliação da participação social; e a diversificação de recursos para a continuidade das ações.



1. Dia 1 – quarta-feira, 12 de agosto

1.1. Planejamento, monitoramento e gestão adaptativa

Sugestões

- Atualizar o PELP com metas, prioridades e indicadores de resultados e impactos, preservando a capacidade de adaptação às mudanças do território.
- Planejar o monitoramento desde o início dos projetos e articular seminários, visitas, relatórios e devolutivas, permitindo ajustes durante a execução.
- Ampliar a conexão entre projetos e prioridades das Unidades de Conservação, reduzindo lacunas e sobreposições.
- Estabelecer padrões para organização, entrega, compartilhamento e uso dos dados produzidos pelo Programa.
- Proposta para avaliação: Utilizar as contribuições do Encontro como subsídio à revisão do PELP e dos indicadores do Programa.

1.2. Legado esperado para 2037

Sugestões:

- Consolidar e integrar as UCs, com planos de manejo implementados, conselhos atuantes e governança permanente.
- Reduzir crimes, conflitos e ocupações irregulares e ampliar a recuperação da vegetação e a conservação das espécies.
- Fortalecer o reconhecimento social das UCs, a educação ambiental, a participação qualificada e o uso público responsável.
- Expandir a bioeconomia e as oportunidades de trabalho e renda compatíveis com a conservação.
- Consolidar sistemas de monitoramento contínuo e integrado para orientar decisões e a gestão adaptativa.
- Proposta para avaliação: Incorporar as mudanças e evidências identificadas no exercício de visão de futuro à revisão do planejamento estratégico.

2. Dia 2 – quinta-feira, 13 de agosto

A análise das Linhas Temáticas foi iniciada nos grupos de trabalho do Dia 1 e apresentada, complementada e consolidada em plenária no Dia 2.

2.1. Linha Temática 1 – Proteção

Síntese do que foi discutido: A Linha Temática foi considerada indispensável, pois as pressões sobre a biodiversidade são contínuas e tendem a aumentar com o crescimento populacional, a expansão das ocupações e a intensificação dos usos do território. A proteção foi apontada como atribuição dos órgãos ambientais e condição para a consolidação das Unidades de Conservação.

Sugestões:

- Elaborar um Plano Integrado de Proteção do Litoral e ampliar as ações integradas de fiscalização.



- Fortalecer equipes, infraestrutura, comunicação e capacitação dos órgãos de proteção.
- Aprimorar os fluxos de prevenção, denúncia, fiscalização, produção de relatórios técnicos e responsabilização.
- Produzir orientação pública sobre os canais de denúncia e as informações necessárias; ampliar a participação comunitária e testar tecnologias de monitoramento.
- Proposta para avaliação: Avaliar a criação de Grupo de Trabalho de Fiscalização Integrada.
- Proposta para avaliação: Elaborar material orientativo sobre onde e como denunciar irregularidades ambientais.

Encaminhamentos:

- Encaminhar à presidência do IAT a dificuldade relatada no recebimento de denúncias pela Ouvidoria.

2.2. Linha Temática 2 – Pesquisa, monitoramento e conservação

Síntese do que foi discutido: A Linha Temática foi considerada necessária diante das lacunas de informações básicas sobre as Unidades de Conservação, a biodiversidade, os usos e as pressões existentes no território.

Sugestões:

- Orientar pesquisas e futuras chamadas pelas demandas concretas das UCs e das comunidades, por meio de cartas de demandas e planos de pesquisa.
- Criar canais permanentes entre gestores, comunidades e pesquisadores e estruturar mecanismos de bolsas ou residência.
- Padronizar dados e produtos, assegurar sua devolutiva e integrá-los a estruturas existentes, como GeoLitoral e SiBBr.
- Articular as pesquisas aos PANs, à ciência cidadã e a fontes complementares de financiamento.
- Proposta para avaliação: Divulgar orientações sobre autorizações de pesquisa do IAT e do Sisbio aos programas de pós-graduação que atuam no litoral.
- Proposta para avaliação: Aprofundar a discussão sobre a Política de Dados no Laboratório de Conhecimento e Dados.

Encaminhamentos:

- Incluir nos editais padrões de entrega dos dados e disponibilizar no GeoLitoral os dados produzidos a cada campanha.

2.3. Linha Temática 3 – Gestão socioambiental

Síntese do que foi discutido: A Linha Temática foi considerada essencial para a gestão de longo prazo das Unidades de Conservação. O grupo relacionou a gestão socioambiental a mudanças de comportamento, pertencimento, identificação com o território e construção de relações de confiança entre gestores, comunidades e demais atores.

Sugestões:

- Fortalecer conselhos e outros espaços de participação e governança territorial, reconhecendo a gestão socioambiental como transversal.



- Ampliar a implementação dos PPPEAs e o acompanhamento dos termos de compromisso.
- Apoiar pequenos projetos comunitários e metodologias participativas com maior capilaridade, como o Diálogo UC.
- Fortalecer Salas Verdes, Centros de Educação Ambiental e a articulação do Conselho do Mosaico do Lagamar.

Encaminhamentos:

- Realizar seminários ou espaços ampliados para discutir os termos de compromisso, sua aplicação, resultados e dificuldades.

2.4. Linha Temática 4 – Uso sustentável

Síntese do que foi discutido: A Linha Temática foi considerada pertinente e necessária, especialmente pela representatividade das Unidades de Conservação de uso sustentável no litoral do Paraná e pela necessidade de trabalho contínuo nesses territórios.

Sugestões:

- Fortalecer vocações e cadeias produtivas locais, com rastreabilidade, certificação e geração de renda.
- Apoiar sistemas agroflorestais, manejo sustentável, inovação tecnológica, inventários e monitoramento dos recursos utilizados.
- Tratar o ordenamento territorial e a regularização fundiária como agendas estruturantes, respeitando a consulta às comunidades tradicionais.
- Proposta para avaliação: Criar Grupo de Trabalho sobre regularização fundiária, envolvendo as esferas federal, estadual e municipal.

2.5. Linha Temática 5 – Uso público e negócios

Síntese do que foi discutido: A Linha Temática foi considerada pertinente e estruturante, embora ainda pouco implementada em muitas Unidades de Conservação. O uso público foi relacionado ao reconhecimento das áreas protegidas, à educação ambiental e à geração de oportunidades econômicas para as comunidades do entorno.

Sugestões:

- Elaborar e implementar instrumentos de planejamento do uso público e investir em infraestrutura, equipes, saneamento, segurança e fiscalização.
- Monitorar continuamente a visitação e seus impactos, adotando manejo adaptativo antes de ampliar a promoção turística.
- Capacitar e credenciar condutores, formalizar pequenos empreendimentos e fortalecer o turismo de base comunitária.
- Integrar UCs, comunidades, trade turístico e prefeituras e priorizar iniciativas que combinem conservação, cultura e renda.



2.6. Linha Temática 6 – Avaliação de impactos

Síntese do que foi discutido: A Linha Temática foi considerada necessária porque pressões e impactos originados no entorno podem afetar a biodiversidade, os recursos naturais, as comunidades e os processos ecológicos existentes no interior das Unidades de Conservação.

Sugestões:

- Adotar visão territorial que considere impactos cumulativos e sinérgicos, condicionantes e diferentes fontes de pressão.
- Criar painel integrado de empreendimentos, impactos e condicionantes e garantir aos gestores acesso transparente e íntegro aos dados.
- Fortalecer monitoramentos independentes, auditorias e a independência técnica dos estudos.
- Promover alinhamento entre gestores, órgãos licenciadores, pesquisadores, consultores e empreendedores.
- Proposta para avaliação: Realizar oficina on-line sobre o PRIM e avaliar a aplicação de iniciativa semelhante no litoral do Paraná.
- Proposta para avaliação: Avaliar a retomada de estrutura semelhante ao Observatório de Integração Costeira.

2.7. Laboratórios de Articulação e Integração

Proteção do território

Sugestões:

- Unificar e tornar mais acessíveis os fluxos de denúncia e fiscalização; ampliar educação ambiental, capacitações e participação comunitária.

Encaminhamentos:

- Criar sala de situação com a Copel.
- Realizar reunião entre gestores de UCs e o Ministério Público Federal para formular recomendações sobre ligações de energia e ocupações em áreas protegidas.

Academia e setor privado

Sugestões:

- Elaborar portfólio de demandas de conservação, buscar match funding, certificações e investimento social privado e relacionar conservação, serviços ecossistêmicos e ESG.
- Ampliar a articulação com empresas, universidades, Tecpar e Finep e evitar pesquisas esparsas ou sobrepostas.

Integração entre políticas

Sugestões:

- Aproximar MAPA e SEAB, capacitar conselhos e fortalecer espaços integradores como COLIT, Mosaico Lagamar e o próprio Programa.



- Compatibilizar Planos Diretores municipais, Planos de Manejo e demais instrumentos territoriais.

Cooperação entre projetos

Sugestões:

- Mapear atores e iniciativas, identificar projetos semelhantes ou complementares e promover seminários e oficinas de integração.
- Estimular a cooperação interinstitucional e incluir a comunicação como componente obrigatório nos editais.

Encaminhamentos:

- Criar Grupo de Trabalho de Comunicação para fortalecer a articulação entre os projetos.

Conhecimento e dados

Sugestões:

- Criar uma Política de Dados com critérios de curadoria, armazenamento, compartilhamento e disponibilização.
- Estruturar banco de dados integrado, painel de monitoramento e capacitações, aproveitando as estruturas existentes do GeoLitoral.

Encaminhamentos:

- Realizar reunião específica para aprofundar a gestão de dados e definir os próximos passos da Política de Dados do Programa.
-

3. Dia 3 – sexta-feira, 14 de agosto

3.1. Captação e sustentabilidade

Sugestões:

- Elaborar estratégia de captação e diversificar fontes e parceiros, incluindo mecanismos de match funding.
- Mapear demandas e atores, capacitar organizações para elaboração de projetos e apoiar iniciativas locais com potencial de incubação.
- Explorar instrumentos econômicos, como ICMS Ecológico, certificações, créditos de biodiversidade e valoração de serviços ecossistêmicos.
- Ampliar a participação do Estado e dos municípios nos espaços do Programa e explicitar sua contribuição para os ODS.

3.2. Monitoramento do Programa e acompanhamento dos projetos

Sugestões:

- Ampliar e regularizar os seminários, com divulgação antecipada, participação de executores e gestores e possibilidade de transmissão pública.
- Selecionar indicadores quantitativos e qualitativos de resultados e impactos e padronizar os critérios de análise.



- Simplificar relatórios, melhorar o fluxo de informações ao Conselho Gestor e ampliar a transparência.
- Revisar os PAMs, sistematizar dados, gerar gráficos e ajustar a frequência do acompanhamento conforme cada projeto.
- Integrar sistemas institucionais e reforçar a capacidade operacional do setor de compras.

Encaminhamentos:

- Retomar os seminários de acompanhamento em setembro, com participação aberta aos executores.
- Revisar a ferramenta de acompanhamento dos projetos.

3.3. Comunicação e integração com o entorno

Sugestões:

- Revisar, atualizar e publicar o Plano de Comunicação, com estratégias para a sociedade e as comunidades locais.
- Tratar comunicação, educação ambiental e ações socioambientais transversalmente e incluir comunicação nos editais.
- Ampliar públicos e canais, com atenção a crianças, mulheres e comunidades e uso de escolas, imprensa, rádio, WhatsApp e redes sociais.
- Criar comitê de gestão de crises, canal de atendimento, fluxo direto com parceiros e catálogo de fontes para a imprensa.
- Valorizar voluntariado, ciência cidadã, empregos verdes e a comunicação dos serviços ecossistêmicos.

Encaminhamentos:

- Criar Grupo de Trabalho de Comunicação para fortalecer e articular a comunicação entre os projetos.

4. Síntese dos encaminhamentos acordados

- Padronizar, nos editais, a organização e a entrega dos dados e disponibilizar no GeoLitoral os dados produzidos a cada campanha.
- Realizar seminários sobre instrumentos de educação ambiental e gestão das UCs, incluindo PPPEA e termos de compromisso.
- Criar sala de situação com a Copel e promover reunião entre gestores de UCs e Ministério Público Federal.
- Criar Grupo de Trabalho para elaborar a Política de Dados do Programa e realizar reunião específica para iniciar sua estruturação.
- Criar Grupo de Trabalho de Comunicação.

5. Propostas para avaliação e desdobramento

- Avaliar a criação de Grupo de Trabalho de Fiscalização Integrada.



- Criar Grupo de Trabalho sobre regularização fundiária com representação federal, estadual e municipal.
- Realizar oficina sobre o PRIM e avaliar sua aplicação ao litoral do Paraná.
- Avaliar a retomada de estrutura semelhante ao Observatório de Integração Costeira.

Este resumo executivo sintetiza a memória do Encontro. A íntegra dos debates, justificativas, exemplos e registros permanece disponível no documento completo.